

A internacionalização da pesquisa em comunicação: algumas notas críticas e uma proposta

The Internationalization of communication research. Some critical notes and a proposal

■ EVA DA PORTA^a

Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba – Argentina

RESUMO

Este artigo analisa as tendências gerais em torno dos processos de internacionalização da ciência que estão se desenvolvendo nas universidades e nos centros de pesquisa da América Latina e do Caribe, e se detém no estudo de algumas características do campo acadêmico da comunicação. Em seguida, revisa criticamente a configuração discursiva na qual se inserem os processos de internacionalização da ciência com o objetivo de ressignificar e questionar alguns processos de legitimação do conhecimento que seguem modelos não adequados para o campo da pesquisa em comunicação. Posteriormente, para finalizar, propõe-se realizar um mapeamento dos estudos de comunicação na região que recupere a noção de mapa noturno de Martín-Barbero para elaborar uma cartografia colaborativa entre grupos de pesquisa articulados como núcleos.

Palavras-chave: Internacionalização, comunicação, América Latina e Caribe, sociedade do conhecimento, cartografia

ABSTRACT

The article analyzes the general trends in the processes of internationalization of science that are being developed in universities and research centers in Latin America and the Caribbean and analyzes some characteristics of the academic field of communication. It then critically reviews the discursive configuration in which the processes of internationalization of science are inscribed with the purpose of redefining and questioning some processes of legitimization of knowledge that follow models that are not adequate for the field of communication research. Subsequently, at the end, he makes a proposal for a mapping of communication studies in the region that recovers Martín Barbero's notion of night map in order to design a collaborative cartography among research teams articulated as nodes.

Keywords: internationalization, communication, Latin America and the Caribbean, knowledge society, cartography

^a Doutora em Comunicação. Docente e investigadora no Centro de Estudos Avançados da Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Nacional de Córdoba. Estuda processos socioculturais de midiatização e se especializa em investigação qualitativa. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2175-275X>. E-mail: evadaporta@gmail.com

INICIADA JÁ NA segunda década do século XXI, a noção de internacionalização parece estar assumindo um estatuto acadêmico institucional crescente e ganhou espaço nos fóruns, encontros, sites e associações entre universidades da América Latina e do Caribe em estreita relação com o espaço ibero-americano. As políticas públicas dos Ministérios da Educação, das agências de pesquisa e promoção da ciência vão incorporando de maneira contínua a internacionalização como uma dimensão constitutiva e desejável dos processos de produção do conhecimento acadêmico. Nos últimos anos, os assuntos internacionais começaram a fazer parte das tarefas dos Conselhos Científicos Interuniversitários, dos organismos governamentais e particularmente das universidades nacionais privadas e públicas, que começam a criar programas ou escritórios de internacionalização como uma dimensão que se avalia como estratégica junto às já tradicionalmente definidas de formação, pesquisa e extensão. É assim que, em âmbito político-organizacional, desde o início do século atual, essa proposta de abrir as instituições ao concerto internacional vem sendo trabalhada ativamente e de forma diferente nas universidades e nos centros da região. Algumas universidades vêm trabalhando com mais ênfase no intercâmbio docente e estudantil, outras focam dar relevância à presença e à visibilização internacional da própria instituição, e outras se encontram em nítidos processos de conseguir acessar um posicionamento globalizado de acordo com os padrões dos circuitos hegemônicos, que parecem reduzir essa dimensão ao fator de impacto das publicações da comunidade científica assim legitimada. Outras apostam na cooperação multilateral, na integração regional e na construção de redes solidárias que potencializem os processos de produção colaborativa do conhecimento e a articulação com os sistemas produtivos e culturais regionais. Esses últimos traços, poderíamos dizer, estão mais desenvolvidos nas instituições de nossa região de corte periférico, com marcadas tensões entre autonomia e heteronomia (Beigel, 2016) e com desiguais traços de dependência acadêmica e intelectual dos *centros de excelência* internacionais.

Um bom exemplo das tensões que se colocam entre uma concepção da internacionalização mais ampla, contextual e integrada e outra mais limitada ao que marcam as instituições, disciplinas e línguas dotadas de “prestígio internacional”, como diz Beigel (2016, p. 9), pode ser reconhecida nos documentos com que a Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES) vem trabalhando. Quando foi realizada a primeira convocatória em 1996, constava em sua Declaração que os integrantes dos sistemas de ensino

superior “precisam participar das principais redes acadêmicas, ter acesso ao intercâmbio com todas as instituições relacionadas e aumentar a abertura e as interações com a comunidade acadêmica internacional.” (CRES, 1996, p. 4).

A segunda CRES, realizada em 2008 em Cartagena, Colômbia, também implementou o ideário internacionalista, mas com um componente regional e de busca de integração certamente inovador e amparado em critérios em torno do comum e na noção de sustentabilidade, atributos que vêm se desenvolvendo em estreita relação com a internacionalização desde então. A declaração colocava em seu plano de ação “defender a integração regional da América Latina e do Caribe e a internacionalização do ensino superior na região por meio, entre outras iniciativas, da construção do Enlaces – Espaço de Encontro Latino-americano e Caribenho de Ensino Superior” (CRES, 2008, p. 2).

Por outro lado, durante a CRES realizada em Córdoba, Argentina, em 2018, um de seus eixos de trabalho mais relevantes foi o denominado “Educação Superior, Internacionalização e Integração Regional da América Latina e do Caribe”, no qual, junto ao Observatório Regional sobre Internacionalização e Redes em Educação Terciária da América Latina e do Caribe (OBIRET), desagregaram-se novos tópicos que foram enriquecendo esse conceito com inquietações ligadas à internacionalização abrangente; ao estudo das tendências globais da educação superior e aos processos de internacionalização em nível mundial. Além disso, propôs-se fazer um balanço das tendências na região latino-americana e caribenha para conhecer os avanços do processo de integração acadêmica e curricular, destacando-se com especial ênfase a relevância da pesquisa e da produção de conhecimento como temas centrais a partir dos quais foram apresentadas recomendações a fim de “consolidar seu processo de internacionalização e inserir-se melhor no contexto da globalização e da sociedade do conhecimento” (CRES, 2018, p. 8).

Desde então, podemos dizer que é crescente o desenvolvimento de programas, projetos, convênios, consórcios e associações destinadas a desenvolver essa atividade nos espaços universitários, contando com maior ou menor incentivo por parte das políticas públicas, dos ministérios nacionais e das agências internacionais de promoção. Mas, para além da heterogeneidade e das diferenças de estilos, podemos dizer que se começa a gestar, em âmbito latino-americano, uma crescente preocupação por fazer parte da internacionalização, marcando uma tendência à cooperação multilateral como um modo estratégico de tornar possíveis esses processos em contextos de crises econômicas, vaivéns políticos e desigualdade estrutural. O certo é que em muitas universidades e centros de pesquisa da América Latina e do Caribe é possível reconhecer a referência a um



conceito de *internacionalização integral ou compreensiva* (Hudzik, 2011) como um eixo orientador das políticas adotadas. Esse termo destaca a importância de conjugar a integralidade na articulação de diferentes dimensões, tais como a político-administrativa ou de governo, a de ensino e a referente à vida estudantil, as quais, por sua vez, devem estar articuladas em todas as unidades de funcionamento acadêmico das instituições. Segundo Hudzik (2011):

A internacionalização compreensiva é um compromisso, confirmado através de ações, para infundir perspectivas internacionais e comparativas através das missões de ensino, pesquisa e serviço da educação superior . . . Trata-se de um imperativo institucional, não apenas de uma possibilidade desejável. A internacionalização compreensiva não afeta apenas toda a vida do campus, mas também os quadros de referência externos, as parcerias e os relacionamentos da instituição. A reconfiguração global de economias, sistemas de comércio, pesquisa e comunicação e o impacto das forças globais na vida local expandem drasticamente a necessidade de realizar uma internacionalização compreensiva e as motivações e os propósitos para impulsioná-la. (Peña Seminario & Aponte González, 2018, p. 79)

No entanto, esse critério integral benéfico para o crescimento das instituições de ensino superior da região porque potencializa as suas capacidades, buscando uma sinergia entre todas as suas funções – as quais, em geral, se encontram desenvolvidas de maneira díspar e desigual – não é o que parece se impor nos *centros de excelência* (Beigel, 2016), onde os padrões são definidos “sem a participação das comunidades científicas periféricas” (Beigel, 2016, p. 9). De modo que podemos dizer que os países da região latino-americana se encontram diante do desafio de integrar-se a um sistema de produção e circulação do conhecimento alheio a suas próprias práticas e que foi desenhado no contexto de lógicas acadêmicas, comerciais e de gestão próprias de países centrais.

No caso específico do campo comunicacional, seria muito conveniente considerar o processo de internacionalização que está à frente em um sentido integral e amplo, uma vez que o desenvolvimento disciplinar expressa uma rede complexa onde as funções de formação, intervenção e pesquisa não foram claramente separadas e onde os vínculos entre os países foram muito intensos desde suas fases iniciais. Como diz Fuentes-Navarro (2014):

articularam-se a reflexão com a ação, a atenção a processos nacionais com a construção de vínculos continentais e a formulação de propostas críticas de ampla cobertura, que foram reconhecidas e adotadas como desafios comuns por

comunidades acadêmicas tão díspares como as que se desenvolveram no último meio século no campo da comunicação na América Latina. (p. 13)

Por volta de 1973, o relatório final do Seminário sobre Pesquisa da Comunicação na América Latina, desenvolvido pelo Centro Internacional de Estudos Superiores de Comunicação para a América Latina (CIESPAL), que Fuentes-Navarro (2014) analisa como documento fundacional do campo, sustenta que ainda não se conta com o número suficiente de especialistas em pesquisa, pois também não se conta com uma instituição de alto nível para alcançá-lo (p. 13). Cinquenta anos depois, podemos dizer que as instâncias de formação de especialistas se multiplicaram, mas o desenvolvimento das instâncias de pesquisa sistemática não seguiu o mesmo ritmo de crescimento, pois os financiamentos de ciência e tecnologia e as diversidades das comunidades acadêmicas – provenientes de distintas esferas, como o jornalismo, a literatura, a engenharia ou a sociologia – estão mais dependentes das políticas educativas nacionais. Por isso, torna-se relevante considerar as condições estruturais, materiais, institucionais e culturais específicas nas quais esses processos vêm se desenvolvendo, uma vez que, como diz Fuentes-Navarro (2014), se caracterizam por uma *fragmentação* ou *divergência múltipla*, portanto, “a internacionalização desintegrada exige quadros de maior complexidade que não são fáceis de elaborar” (p. 15).

A INTERNACIONALIZAÇÃO COMO UMA CONFIGURAÇÃO DISCURSIVA HEGEMÔNICA

O crescente e renovado interesse no campo dos estudos de comunicação de matriz latino-americana pelos processos de internacionalização é uma característica compartilhada com os outros campos de produção de conhecimentos científicos na atualidade. No entanto, essas condições operam de modo diferente em cada disciplina, porque dialogam com as particularidades dos debates epistêmicos, as práticas e os processos de criação de conhecimentos, as instituições intervenientes e o próprio desenvolvimento da disciplina. A dimensão internacional do conhecimento científico hoje não apenas se mostra como uma questão estratégica de posicionamento institucional, mas também como parâmetro de legitimação científica, e por isso mesmo não pode ser negligenciada por parte dos governos, das organizações, das instituições acadêmicas e pela própria comunidade de pesquisadores. Poderíamos dizer, em concordância com Hudzik (2011), que se soma às já tradicionais funções da educação superior ligadas à formação, à pesquisa e à extensão para a comunidade dos saberes produzidos nas universidades.



Contudo, reconhecer sua relevância no presente não implica assumir o corpus discursivo que parece se articular em torno dessa noção que funciona como uma verdadeira *configuração discursiva* (Ruiz Muñoz, 2012) sedimentada, que organiza em torno desse significante verdadeiras cadeias de sentido que deveriam poder ser questionadas ou analisadas. Colocar a internacionalização como um requerimento de legitimidade do conhecimento atual pode ser um imperativo que funciona em alguns campos mais como um limitante do que como um caminho a seguir se não forem consideradas suas tradições, histórias, processos próprios e interesses políticos, econômicos, culturais, em jogo em cada campo. Por isso, consideramos pertinente abrir essa configuração de sentido, explorá-la e não endossar sem considerações críticas a série de valores, noções e implicações políticas e práticas que se impõem como válidas para todos os campos do conhecimento, quando, na realidade, muitos de seus padrões foram elaborados para campos específicos, de acordo com suas próprias lógicas, algumas alheias à própria instância cognitiva que implica produzir ciência e mais próximas a interesses geopolíticos ou comerciais, como ocorre com uma dimensão tão estratégica da internacionalização hoje como é o campo das publicações indexadas (Beigel & Gallardo, 2021).

É necessário abrir esse corpus discursivo, essa configuração discursiva (Ruiz Muñoz, 2012) que implica a internacionalização dos estudos de comunicação, que funciona muitas vezes de maneira hegemônica (Laclau, 1996, p. 83). Esse funcionamento consiste em propor um particular modo de internacionalização como resposta universal, válida e única alternativa possível para todos os campos disciplinares ou contextos geográficos, sem discriminar particularidades, possibilidades e limitações. Lembramos que aqui usamos o termo *funcionamento hegemônico* no sentido que lhe dá Laclau, que consiste, seguindo a Fair (2012), “nesse deslocamento metonímico do significante vazio desde seu inerente conteúdo particular para atuar, imaginariamente, como símbolo e metáfora que incorpora o espaço social como universalidade (ausente como totalidade)” (p. 576).

Com isso, queremos salientar o necessário debate que se deve abrir no interior dos campos de produção do conhecimento na hora de propor formas de internacionalização, pois o que parece se impor como configuração sedimentada e articulada em um conjunto de ideias que devem poder ser analisadas. Essa *narrativa universalista* da internacionalização do conhecimento científico se apresenta como uma resposta diante da globalização econômica e cultural e no contexto do que se denominou *sociedade do conhecimento*, termo mais projetivo do que descritivo cunhado por Drucker, em 1969, no livro *Uma era*

de descontinuidade para se referir em âmbito empresarial à necessidade de colocar o conhecimento no centro da produtividade e da criação de riqueza. Esse conceito foi se sedimentando junto ao de globalização e, como diz Mattelart (2002, p. 104), começou a criar uma teia global, conjugando-se com o referente informacional. Em concordância com autores como Castells (2002), vinculou-se a sociedade do conhecimento ao processo de produtividade acelerado produto dos desenvolvimentos tecnológicos e fundamentalmente ao crescimento da Internet, como rede de redes e às transformações nos modos de comunicar. O que nos interessa destacar é que essa associação entre internacionalização, globalização e sociedade do conhecimento foi se substancializando como um termo descritivo que se deslocou de sua face inicial propositiva a uma descritiva de certas realidades dos países centrais que terminou por incluir também os periféricos e designar um processo de caráter universal ao qual todo conhecimento científico deve aspirar. É essa operação que é necessário desarticular se quisermos analisar os processos de internacionalização do campo comunicacional na América Latina e no Caribe, pois a condição periférica e de desigualdade em relação às lógicas produtivas dos países centrais não pode ser ignorada na hora de descrever os processos e medir com padrões ampliados de realidades distintas às da região.

Embora a Unesco, já em 2005, tenha aberto o paradigma não só às dimensões tecnológicas ou comunicacionais, pontuando que “o conceito de sociedades do conhecimento compreende dimensões sociais, éticas e políticas muito mais vastas” (UNESCO, 2005, p. 17), o termo opera de maneira ideológica, pois, por um lado, parece designar a realidade de alguns países, enquanto, por outro, propõe essa realidade como um caminho a seguir, silenciando em seu uso generalizado as diferenças e as desigualdades entre as nações e as regiões do planeta.

A aliança discursiva entre internacionalização e globalização, por sua vez, deve poder ser retraçada também, já que, como bem destaca Buenfil Burgos (2008), o termo globalização pode ter começado a ligar-se ao de educação apenas no terceiro terço do século XX, enquanto a internacionalização “pode ser localizada ainda nas viagens de Marco Polo . . .” (p. 11). Há condições sociais e políticas que favoreceram essa articulação que podem ser reconhecidas na apropriação que o mesmo pensamento neoliberal operou sobre a educação não só como termo a ressignificar no contexto do desenvolvimento da teoria do capital humano, mas também como prática social e política sobre a qual intervir para dinamizar a acumulação de riquezas. Adriana Puiggrós (2002) precocemente sublinhou esse processo de ressignificação dos modelos educativos nacionais, que pode ser datado de meados da década de 1980, quando,



na América Latina, se deu um conjunto de processos políticos, econômicos e culturais de corte neoliberal e de matriz privatizadora que tiveram uma forte incidência e ainda hoje a têm sobre os sistemas educativos predominantemente estatais, públicos e laicos. Primeiro, a pesquisadora pontua, organismos como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Interamericano de Desenvolvimento começaram a intervir de maneira direta na programação, no financiamento e na gestão da educação a partir das dívidas externas dos países da região. Posteriormente e no início do novo século, são as corporações econômicas e as fundações internacionais que terminam de implementar esse modelo. Em linhas gerais, procura-se reduzir a incidência do Estado e abrir o sistema educativo e a produção de conhecimentos à lógica do mercado, que começa a definir não só as diretrizes de muitas políticas educativas e de pesquisa dos países, mas também as formas de implementação, avaliação e ajuste. Desse modo e de forma pendular, os impulsos privatizadores e a volta à restituição estatal foram caracterizando as políticas educativas e de promoção da ciência e da tecnologia na região, alternando períodos de expansão do sistema com períodos de retração e privatização.

Em síntese, interessa-nos destacar que é necessário poder analisar os processos de internacionalização já realizados e os que estão por vir no campo da pesquisa em comunicação num marco analítico crítico que possa contextualizar os processos contemplados. Para isso, devem-se questionar os imperativos que derivam de uma narrativa reconhecidamente universalista que associa qualidade, prestígio e excelência à única possibilidade de o conhecimento acadêmico entrar nos principais circuitos internacionais. Esses circuitos não são novos e a preocupação com os modos como excluem ou aprofundam as desigualdades também não é recente, como afirmam Beigel e Salatino (2015). Os autores identificam desde os anos 1970 e até a atualidade pesquisas que analisam os fatores que davam forma à subordinação ao mundo científico, ao funcionamento de centros de excelência e centros periféricos ou à dependência acadêmica entendida como uma subordinação intelectual, entre outros não menos importantes (p. 8). Mias recentemente, Beigel e Salatino (2015) identificam estudos críticos acerca das limitações dos indicadores internacionais e os *nacionalismos ocultos nas bases de dados* ou aqueles que identificam as desigualdades na colaboração internacional ou nas procedências das citações nos países do Sul em relação aos Estados. Esse acúmulo de estudos críticos lhes permite afirmar um ponto que consideramos relevante no contexto do tema que viemos desenvolvendo enquanto defendem que lhes “ajudam a argumentar a existência de um Sistema Acadêmico Mundial (SAM), com uma estrutura

desigual de produção e circulação de conhecimento, cujo centro dominante é o chamado circuito ‘mainstream’ ou de corrente principal” (Beigel & Salatino, 2015, p. 8). Esse circuito, para os pesquisadores que citamos, teve sua origem na criação do Science Citation Index (SCI), cuja função por mais de 40 anos foi a de atuar como o principal dispositivo de avaliação da excelência das revistas científicas, o que incentivou naqueles que pesquisavam a publicação de *papers* sobre outras formas de produzir e comunicar conhecimentos (Beigel & Salatino, 2015, p. 8). Embora apontem que essas tendências demoraram a chegar às ciências sociais, acabam se instalando como tendência no campo da pesquisa a partir da década de 1990 em diante e prosseguem de forma crescente. Essa formação do campo acadêmico mundial foi definindo modos prestigiosos, centrais e legítimos de fazer ciência no marco de uma comunidade relativamente limitada a esses espaços de consagração, deixando nas bordas comunidades científicas periféricas que seguem outras formas e padrões de avaliação e publicidade dos próprios conhecimentos, como veremos mais adiante, o caso da pesquisa em comunicação parece paradigmático nesse ponto. Essa geografia do conhecimento, em alguns campos como é o caso das ciências físicas e naturais, abriu a porta para alguns cientistas das comunidades periféricas, seguindo lógicas complexas e trajetórias individualizadas, que puderam acessar esses espaços de consagração internacional apesar de residirem em países não centrais.

No caso do campo da comunicação, as lógicas consagradoras são diferentes. São de tipo coletivo e de ordem institucional, enquanto organismos como CIESPAL, ALAIC e Felfacs se constituíram nos espaços de promoção do conhecimento e de articulação de redes. Estão mais vinculadas à centralidade de um determinado pensamento ou perspectiva específica sobre a comunicação que vai constituindo comunidades acadêmicas muito diferentes enquanto defendem enfoques de tipo funcionalista, críticos ou culturalistas, para citar alguns que não entram em diálogo entre si e se mantêm em circuitos fechados, desenvolvendo produções muito variadas e com perfis específicos. Esse reconhecimento da fragmentação e da dispersão fez com que Fuentes-Navarro (2014) afirmasse que não existia algo como uma escola latino-americana de comunicação, e nesse sentido concordamos com o pesquisador mexicano. Mas o que não podemos ignorar é que essa dispersão é uma característica própria do campo comunicacional e que deve fazer parte de um diagnóstico prévio na hora de criar propostas para alcançar uma internacionalização, posto que essa dispersão não é só de enfoque ou perspectiva, mas também de modo de produzir o conhecimento. É assim que, para a variedade de estilos de escrita acadêmica do campo da comunicação (o estilo ensaístico da perspectiva crítica, a abordagem qualitativo-analítica



da perspectiva culturalista e o modo descritivo-instrumental da abordagem funcionalista), a normatização do estilo de escrita das revistas científicas e as formas de avaliação universalizadas a partir do modelo estadunidense de ciência e de indexação de citações proposto em 1963 (Science Citation Index) (Beigel, 2016, p. 9) são limites linguísticos, semióticos e culturais difíceis de superar.

Com essa observação, não estamos justificando a falta de esforços para entrar na interlocução internacional, pois a endogamia é um problema limitante. O que estamos sinalizando é que a dispersão dessa internacionalização desintegrada talvez seja o resultado da diversidade cultural, linguística e política própria da América Latina, que tornam difícil pensar os processos de internacionalização como um encontro entre blocos homogêneos, os centrais e os periféricos. Acreditamos que a colaboração, a diversidade de perspectivas, a heterogeneidade de realidades, a desigualdade estrutural que incide em todas as condições para que se deem a pesquisa e o encontro dialógico ou híbrido como modo de produção de conhecimento são alguns traços que devem se somar à já nomeada *desintegração* (Fuentes-Navarro, 2014) para pensar a internacionalização da comunicação na região.

Finalmente, acreditamos que as poucas instâncias de mapeamento geral, as limitadas pela magnitude do campo, embora muito destacadas, leituras críticas da produção acadêmica em âmbito epistemológico (Fuentes-Navarro, 2016, Vidales Gonzáles, 2015, Zarowsky, 2019) somadas às poucas fases da questão disciplinar, são aspectos a levar em conta na hora de avaliar a internacionalização do campo comunicacional na América Latina e no Caribe. Com exceção de alguns autores que fizeram um esforço notável (Vassallo de Lopes, 1999, Fuentes-Navarro, 2014, Vidales Gonzáles, 2015), não contamos com cartografias amplas em termos regionais e atualizadas que disponham as tendências, as procedências e as dominâncias teóricas e metodológicas, menos ainda os nós conflitivos (Fuentes-Navarro, 2016) ou os objetos de estudo (Vidales Gonzáles, 2015). Somente a partir de um reconhecimento epistemológico do campo e de uma organização em âmbito sócio-histórico poderemos identificar e caracterizar *outro* tipo de internacionalização ligada à *geopolítica do conhecimento* (Walsh, 2004). Assumir a partir de uma perspectiva crítica a índole hegemônica da “(re)produção, difusão e uso do conhecimento” (Walsh, 2004) nos permitirá identificar o modo como esses processos se realizam no campo comunicacional partindo da América Latina e do Caribe. Acreditamos ser necessário renovar a tarefa iniciada pela compilação de Fuentes-Navarro e Vassallo de Lopes (2005) denominada *Comunicación: Campo y Objeto de Estudio. Perspectivas Reflexivas Latinoamericanas* para ser

capaz de reconhecer as tendências nesses processos, suas rupturas e emergências. Também são válidas as experiências de sistematização do *Mapping Communication and Media Research*, do Centro de Pesquisa da Comunicação da Universidade de Helsínquia e a desenvolvida no contexto do MapCom 1 e 2, o de Projeto P&D financiado pelo governo da Espanha que se propõe a desenvolver uma cartografia cibernética interativa da produção de pesquisa em comunicação de 2007 a 2018, na Espanha.

Embora no final do artigo exploremos a possibilidade de esboçar uma proposta para a construção de um mapa abrangente da pesquisa em comunicação que registre os fluxos de internacionalização nos núcleos conflitantes que definem o campo de estudo, paramos nesse ponto com o propósito de abrir uma porta para explorar outras formas de consideração desse aspecto. Interessa-nos recuperar criticamente essa noção para que possa incorporar a dimensão do poder e as desigualdades que o modelo de *excelência e legitimidade* acadêmico medido em padrões desvinculados dos contextos parece esconder. Não pretendemos rejeitar essa noção, mas justamente reavaliá-la para que, ao contrário de outras como *globalização*, nos permita analisar o território e reconhecer as linhas dominantes, as residuais e as emergentes. Interessa-nos reconhecer os modos específicos como se produz o conhecimento num diálogo intertextual e polifônico inerradicável (Kaltmeier, 2012, p. 51). Processo que, às vezes, é mera reprodução dos modelos teóricos provenientes dos centros legitimados; outras, uma crítica; e em outras oportunidades gera uma notável produção de conhecimento, como o caso paradigmático de Martín-Barbero, entre outros autores e autoras destacadas da região. Talvez o termo mais adequado para abordar essa questão seja *transnacionalização*, como sugere Fuentes-Navarro (2016) a partir das reflexões de Simonson e Park (p. 111), que reconhecem a força que adquiriram os contextos históricos transnacionais para a compreensão da constituição do campo acadêmico além das fronteiras dos Estados nacionais.

EM BUSCA DE UMA POSIÇÃO CRÍTICA E PRODUTIVA

Agora, se conseguirmos assumir que aquilo que se mostra como universal hoje, ou seja, como padrão global de internacionalização, como por exemplo um conjunto de indicadores de competências docentes ou índices bibliométricos como o fator de impacto de uma publicação, são apenas particularidades “que conseguiu convencer e dominar intelectualmente em um espaço e tempo determinado”, como diz Buenfil Burgos (2008, p. 13), poderemos assumir uma posição significativa diante desse problema.



Então, só rejeitar os processos de internacionalização como modos de dominação ou de reprodução das desigualdades geopolíticas tampouco parece ser a estratégia mais acertada, pois esses processos parecem não cessar, e em seu caminho só vão incluindo algumas elites, e uma grande massa de universidades e pesquisadores vão ficando nas margens ou fora do Sistema Acadêmico Mundial (Beigel & Salatino, 2015).

O que significa produzir ciência internacional? Como esses padrões globalizados são definidos? Quem os comanda? Quais são os critérios de avaliação? A que interesses respondem? De que modo se manifesta a internacionalização dos processos de pesquisa e como afetam os diferentes campos acadêmicos? Como alcançar processos de internacionalização positivos que potencializem os desenvolvimentos dos países e não aprofundem as diferenças? Que maneiras existem de produzir conhecimento em um circuito internacional? Qual é o lugar da América Latina nesse concerto internacional? Todas as potencialidades foram desenvolvidas?

A crescente preocupação por desenvolver a internacionalização da ciência, e particularmente das ciências sociais, que são consideradas atrasadas em relação aos outros campos do conhecimento, marca um momento propício para revisar algumas ideias, como fizemos na primeira parte, identificar a diversidade em que se manifesta o problema e reconhecer pontos fortes e fracos, particularmente para o campo comunicacional. Esse último ponto nos parece central para podermos pensar algumas propostas orientadoras que resultem em práticas de enriquecimento, e não de maior deslegitimação pela mera constatação de que não podemos chegar aos padrões mínimos.

Em primeiro lugar, vamos retomar a proposta de Buenfil Burgos (2008), que ao analisar a relação entre globalização e educação se distancia tanto de posturas reativas quanto celebradoras para deter-se em considerar um aspecto que é central, que já propusemos no parágrafo anterior e que é o modo como esses processos de internacionalização irreversíveis podem ser compreendidos em função das lógicas de funcionamento educativo. Para isso, ele analisa a relação entre universalismo e particularismo presente na própria noção de globalização educacional para concluir que:

- Todo universalismo é um particularismo que consegue se impor.
- Essa imposição não é atemporal nem descontextualizada, mas conjuntural e histórica, e depende de seu contexto de enunciação, isto é, a que outras noções e termos se vincula, que configurações discursivas gera.
- “a globalização é um processo de conexão e tensão entre tendências heterogêneas e opostas” (Buenfil Burgos, 2008, p. 17) e, portanto,

- “Nenhum significado de globalização pode erigir-se como a verdade última, logo, existe um interstício para tomar uma decisão sobre o assunto; posicionar-se diante de algum significado particular para propor nossas próprias interpretações, dar conta delas e assumir nossa responsabilidade” (Buenfil Burgos, 2008, p. 19).

Do mesmo modo, diante da noção de internacionalização é importante assumir uma postura similar que possa analisar as diferentes formas como se enuncia e se comunica, e as dimensões em que se operam e gerenciam esses processos. Mas também é importante reconhecer as tensões, complexidades e fissuras pelas quais esse Sistema Acadêmico Mundial (SAM) não é um sistema homogêneo, ao mesmo tempo que é também é uma construção simbólica sobre a qual as disputas podem ser levantadas e visam mudar as práticas.

No mesmo sentido, parece-nos relevante retomar a análise que Butler (2001) faz a respeito da noção de crítica em Foucault porque é muito pertinente no que concerne aos questionamentos que viemos nos fazendo e à posição que tentamos assumir diante do desafio que o campo comunicacional nos coloca em um contexto como o atual, tendencialmente direcionado à internacionalização. Tal postura nos permite assumir um lugar epistêmico que não implica a rejeição a esse processo, mas tampouco assume a obediência no sentido mais lato do termo, de aceitar de maneira naturalizada uma narrativa que busca se impor e que é somente uma representação e um plano de ações bem-sucedido, construído entre muitas alternativas possíveis. Ao mesmo tempo, ao afirmar que a *internacionalização* define uma configuração discursiva em torno de si, com um conjunto de termos aos quais se articula e se associa, certa *desobediência*, que é talvez assumir uma posição analítica e não instrumental, nos permite abrir essas relações e repensar o que entendemos por: globalização, sociedade do conhecimento, excelência acadêmica, prestígio e legitimidade, visibilidade, avaliação de qualidade e indicadores de impacto, entre outras noções que compõem esse universo simbólico hoje.

Butler (2001) desenvolve, em um texto com certa densidade, a ideia de crítica como prática ética presente em Foucault apontando que o autor “busca compreender que tipo de questionamento institui a crítica, oferecendo de forma tentativa algumas maneiras de circunscrever sua atividade”. Nessa busca, o que Butler resgata é a *capacidade de não obedecer*, mas não através de uma *anarquia radical*, de se tornar *ingovernável*, mas a partir da possibilidade de se questionar, se interrogar *acerca dos modos e objetivos com que se exerce o poder*. É assim que resgata um parágrafo do próprio Foucault, que se pergunta, no texto de Butler: “Como não ser governado dessa forma, por isso, em nome desses princípios,



em vista de tais objetivos e por meio de tais procedimentos, não dessa forma, não para isso, não por eles?” (Butler, 2001).

É, então, a partir dessa capacidade de nos questionar que podemos parafrasear a proposta anterior e nos perguntar: como internacionalizar os estudos de comunicação sem assumir uma narrativa única e sedimentada que nos coloca na periferia, na marginalidade e que ignora os próprios processos e circuitos de produção do conhecimento até agora desenvolvidos? Como pensar a internacionalização assumindo as dificuldades já registradas por alguns exegetas do campo, como Fuentes-Navarro (2014), que sugere que esses processos estejam se desenvolvendo com nítidas tendências à fragmentação e à desintegração? Como recuperar as histórias do campo em um contexto ideológico e conceitual que tende à unificação dos critérios e à implantação de um sistema global que não admite alternativas? Como reconhecer os contextos transnacionais nos quais a pesquisa situada e institucionalizada se insere?

A circulação internacional do conhecimento, como bem destacam Beigel e Salatino (2015), “materializa-se em redes, projetos internacionais, mobilidade acadêmica e outras formas de pesquisa colaborativa, mas são os circuitos de publicação os espaços privilegiados de consagração acadêmica, assim como o SAM evoluiu nas últimas décadas” (p. 10). No entanto, e mesmo considerando os circuitos de publicação acadêmica que não respondem ao circuito do mainstream, é importante destacar que o campo comunicacional na América Latina é um circuito muito dinâmico, amplamente produtivo e com uma enorme vitalidade, que se evidencia nas numerosas carreiras de graduação e pós-graduação abertas e com boa massa crítica de estudantes. Além disso, e embora apenas cinco revistas latino-americanas de comunicação se encontrem no quartil Q2 na América Latina, a produção editorial é mantida e se expressa em revistas que talvez não sigam com absoluto apego os padrões internacionais de indexação, mas mantêm sua qualidade e seu projeto intelectual e acadêmico com grande esforço. Podemos citar apenas algumas, como *Estudios de las Culturas Contemporáneas* (Universidade de Colima), *Comunicación y Sociedad* (Universidade de Guadalajara), *Signo y Pensamiento* (Pontifícia Universidade de Bogotá), *Comunicación* (Centro Gumilla) e *Anuario Ininco* (Universidade Central da Venezuela); *Comunicação & Sociedade* (Universidade Metodista de São Paulo), **MATRIZes** (Universidade de São Paulo) e *Temas y Debates* (Universidade Nacional de Río Cuarto).

Além disso, nutrem essa dinâmica intelectual os grupos de trabalho e redes regionais de pesquisa que se realimentam nos congressos nacionais, regionais e internacionais desenvolvidos pelas universidades e associações como a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social (Felafacs), a Associação

Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIC), a Associação Ibero-Americana de Comunicação (Assibercom), o CIESPAL, entre outros que são espaços de ativa interação entre pesquisadores da América Ibérica. Essa particular produtividade acadêmica também se evidencia na produção de publicações coletivas, de livros realizados entre pesquisadoras e pesquisadores de diversos países da região que evidenciam um estilo de produção colaborativo, em rede e dialógico, não isento de debates, controvérsias e uma grande vocação de reflexividade teórica e metodológica destinada a esclarecer e agrupar os modos de pensar, intervir e pesquisar a comunicação. Podemos citar apenas como amostra desse procedimento três livros relevantes, o compilado por Martín-Barbero (2009), intitulado *Entre Saberes Desechables y Saberes Indispensables: Agendas de País Desde la Comunicación*, o estudo coordenado por Fuentes-Navarro e Vassallo de Lopes (2005) *Comunicación, Campo y Objeto de Estudio: Perspectivas Reflexivas Latinoamericanas*, que consiste em um marco como revisão do estado da arte do campo, e do livro *Un Nuevo Mapa para Investigar la Mutación Cultural: Diálogo con la Propuesta de Jesús Martín-Barbero*, editado por Rincón e organizado por Jacks, Schmitz, e Wottrich (2019), que aprofunda e atualiza o trabalho de um autor central da área.

Antes de encerrar

O que queremos destacar, antes de fechar esta seção, é que os processos de internacionalização da pesquisa do campo comunicacional devem poder ser reconhecidos em sua particularidade sem que sejam desconhecidas as condições estruturais que os constroem e, ao mesmo tempo, os tornam possíveis. Essas condições estão vinculadas às políticas públicas que os favorecem ou os limitam, aos orçamentos e orientações assumidas pelos governos, mas também às variáveis socioeconômicas, políticas e culturais de cada país, que incidem na lógica dos conhecimentos produzidos e legitimados, junto ao momento histórico específico das instituições em que se produz o conhecimento, posto que as universidades gozam de níveis de autonomia significativos. Diríamos, seguindo Grossberg (2009), que é necessário contemplar os contextos em que ocorrem e as conjunturas sócio-históricas universitárias, nacionais e regionais em que se produzem, mas também os contextos intelectuais em que os problemas de conhecimento vão se consolidando como espaços de debate e interlocução de uma comunidade acadêmica complexa, ativa, desigual e dinâmica. A internacionalização pode implicar processos de desterritorialização generalizados que, no entanto, ocorrem em contextos situados e relacionais onde há lugares que



concentram os poderes e a legitimidade cognitiva, enquanto há outros que apenas fornecem reconhecimento a essas autoridades e operam mais como lugares de trânsito e reforço do que como espaços de produção do conhecimento. Sem ver esses dispositivos de poder, essas tensões e esses processos de reconhecimento e desconhecimento, junto às hibridações (García Canclini, 1989; Martín-Barbero, 1993) próprias da região, a tentativa de analisar os fluxos de internacionalização não passa de um bom desejo universalista mas desarticulado dos modos concretos e dos contextos transnacionais, regionais e nacionais em que se produz o conhecimento científico na América Latina e no Caribe.

NOTAS PARA CARTOGRAFAR OS ESTUDOS DE COMUNICAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Vimos pontuando a necessidade de atualizar uma cartografia dos estudos de comunicação no complexo contexto que define a América Latina e o Caribe como condição para analisar tanto os processos de internacionalização que se sedimentaram no campo como os que estão emergindo enquanto práticas inovadoras próprias das dinâmicas de interação generalizada das sociedades contemporâneas, como aquelas que são produto das lógicas de imposição do SAM, produto da geopolítica do conhecimento dos países centralizados. É necessário abordar essa complexidade em uma operação epistêmica que construa a cartografia de maneira contextual e temporal. Contextual porque, na pesquisa em comunicação, se interconectam: 1. as dimensões nacionais, ainda muito relevantes para compreender a história do campo e seus processos de institucionalização; 2. as interações regionais, muito intensas desde a sua constituição através de organismos e redes de cooperação; e 3. as forças e os processos transnacionais que incidem e condicionam a região como uma área periférica na distribuição da hegemonia do conhecimento. Mas, junto com essa dimensão contextual, a cartografia também deve poder registrar as diferentes temporalidades que incidem nos núcleos problemáticos mapeados: 1. identificando as tendências do *passado* que ainda lutam para defini-los; 2. caracterizando os ciclos ou as etapas, que os foram conformando em estruturas teóricas e metodológicas específicas; e 3. identificando as emergências ou linhas de fuga dos núcleos problemáticos estudados tanto quanto os próprios atores envolvidos ou as próprias instituições a partir das trocas com os vetores da mudança.

Essa tarefa ambiciosa só é possível se enquadrada num esforço coletivo, colaborativo e em rede, que articule o trabalho de diversos grupos de pesquisa

que possam começar a elaborar esse percurso a partir de uma matriz comum com coordenadas espaço-temporais delimitadas que depois possam ser escaladas.

Essa cartografia não só nos permitirá conhecer e evidenciar o estado da questão, mas também abrirá numerosas linhas de trabalho colaborativo que promovam a internacionalização de modo equitativo e produtivo para as partes implicadas. O desenvolvimento de uma cartografia é uma boa instância colaborativa, em virtude de sua complexidade e da necessidade de complementação que requer para construir comunidades científicas que, na forma de núcleos articulados, possam potencializar seus desenvolvimentos, trocar conhecimentos, fomentar a cooperação, a troca e a mobilidade de pesquisadoras e pesquisadores.

Esse desafio nos coloca diante de numerosas portas de entrada e de múltiplas estratégias colaborativas, alternativas que terão de ser reduzidas a fim de dar operacionalidade à proposta.

A seguir, vamos apontar duas tarefas que acreditamos serem necessárias para nos aproximarmos desse complexo propósito.

A primeira tarefa é de ordem prática e visa definir as coordenadas de trabalho para traçar a cartografia com um sentido descritivo e analítico do campo. Dessa forma, é prioritário dar uma definição operacional do que entendemos como *campo acadêmico-científico dos estudos de comunicação* que defina com clareza o que estudar e que forneça coordenadas específicas que delimitem o estudo que contém as manifestações mais significativas de produção científica em escalas nacional, regional e internacional, e que possa recuperar e integrar criticamente a história desse tipo de estudo. Nesse contexto, assumimos a proposta de uma epistemologia crítica de Zemelman (1990), que propõe a categoria de *campo problemático*: 1. Para caracterizar essa operação analítica que tenta identificar aqueles pontos de condensação ou *núcleos de problemas*, que podem ser identificados no fluxo constante do presente e que devem poder ser caracterizados; 2. na *complexidade das multidimensionalidades* que o compreendem.

Nesses dois pontos destacados, que nos permitirão avançar na elaboração de uma cartografia dos estudos de comunicação, as contribuições de Vassallo de Lopes (1999, 2000) adquirem enorme relevância operacional.

1. Em primeiro lugar, ao definir o *campo problemático* a ser cartografado torna-se necessário estudar as *condições de produção do conhecimento* desses núcleos problemáticos que o compõem a partir de um olhar extrínseco que considere, como propõe Vassallo de Lopes (1999), três contextos articulados: o contexto social ou histórico-cultural,



o institucional e o discursivo (p. 15). Em tais contextos acrescenta-se um quarto contexto para adicionar às condições de produção do conhecimento os *processos de globalização ou de transnacionalização do conhecimento* (p. 2).

2. Em segundo lugar, para podermos analisar esses *núcleos problemáticos* em sua própria constituição como objetos de estudo, além dos contextos em que foram produzidos, torna-se necessário um critério intrínseco, precisamos desagregar *as múltiplas dimensões que os constituem, as camadas epistêmicas das quais são feitos que, no fundo, são práticas de produção do conhecimento realizadas por pesquisadores em situações concretas*. É por isso que recorreremos novamente a Vassallo de Lopes (1999), que nos fornece ferramentas analíticas para identificar as camadas das quais são feitos os núcleos problemáticos, que são os *níveis epistêmicos* e as *etapas do processo* de pesquisa através das quais foram criadas. É assim que, para analisá-los, deveremos considerar, por um lado, o eixo paradigmático definido pelos níveis técnicos, metodológicos, teóricos e epistemológicos que funcionam como camadas epistêmicas que deveremos poder separar analiticamente e, por outro, e em estreita relação, o que Vassallo de Lopes (1999) chama de eixo sintagmático, o do processo de pesquisa formado por quatro fases: definição do objeto, observação, descrição e interpretação (pp. 3-5).

Desse modo, organiza-se a pesquisa dos núcleos problemáticos numa matriz que articula um *olhar extrínseco*, que focaliza as condições, e um *olhar intrínseco*, que atenta aos níveis epistêmicos e aos processos de produção desses objetos de estudo. É tarefa dos pesquisadores e das pesquisadoras desvendar a matriz em cada caso estudado e implantá-la na cartografia.

A segunda tarefa é de índole conceitual e reflexiva, pois visa dar um segundo nível interpretativo à cartografia definida no primeiro passo por esse conjunto de núcleos problemáticos identificados que serão descritos e analisados segundo a matriz desenvolvida no ponto anterior. No entanto, acreditamos que a tarefa não deve terminar aí e que é possível tentar avançar um pouco mais na compreensão, não só das *matrizes epistêmicas* que foram se sedimentando no campo da pesquisa em comunicação, mas também na compreensão das matrizes socioculturais, ou seja, das mediações que foram estudadas a partir das diversas perspectivas comunicacionais. É nesse ponto que consideramos indispensável voltar à noção de *mapa noturno* que Martín-Barbero nos legou como uma chave-mestra, permitindo-nos dar

mais solidez aos nossos estudos e avançar na compreensão da complexidade dos fenômenos que estudamos. A noção de *mapa noturno* (Martín-Barbero, 2002) é um dispositivo heurístico-crítico que nos permite ir retrazendo a cartografia a partir da possibilidade de reagrupar os núcleos problemáticos identificados e traçar suas linhas de conexão para poder descobrir novas configurações conceituais e, ao mesmo tempo, subir um nível de abstração na cartografia que nos permita ver com mais distância o traçado do mapa que estamos elaborando.

A ideia de mapa noturno (Martín-Barbero, 1987 [1991], p. 229) é a metáfora que o autor constrói para *explorar às cegas* o que ele denominou como um novo campo e a partir daí *refazer os conceitos básicos*, recuperando a proposta de Raymond Williams feita alguns anos antes e que ele chamou de *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade* (1976). Em suas palavras, ele define sua ideia de um mapa noturno na obra icônica *Dos meios às mediações* (1987 [1991]) como “um mapa para investigar nada mais que a dominação, a produção e o trabalho, mas de seu outro lado: o das brechas, do consumo e do prazer. Um mapa não para a fuga, mas para o reconhecimento da situação a partir das mediações e dos sujeitos” (Martín-Barbero, 1987 [1991], p. 229).

Para isso, Martín-Barbero nos coloca como condição um movimento político e epistemológico que é, ao mesmo tempo, claramente topológico: mudar o lugar de onde se fazem as perguntas para refazer a partir daí a teoria. O autor nos diz: “é a essa mudança do lugar de onde fazemos as perguntas que consegui dar forma cartográfica com a expressão de mapa noturno” (Martín-Barbero, 1987 citado por Cadavid, 2021, p. 446).

Mudar o lugar das perguntas implica também uma operação teórica crítica e um movimento epistemológico que busca uma lógica outra, uma lógica noturna que permita explorar o território e compreendê-lo com novas categorias. O mapa noturno é um mapa cognitivo que se propõe a produzir “o mapa dos conceitos básicos que precisamos refazer” (1987 [1991], p. 229). Pelo que foi dito anteriormente, considero que a figura de mapa noturno é produtiva quando o terreno a mapear é instável e há zonas da realidade que não podem ser vistas a partir da lógica diurna e que requerem uma operação teórica crítica para que sejam reconhecidas na complexa rede de interações que a constituem. Mas também é uma noção operacional quando os modelos teóricos não permitem dar conta dessas dinâmicas e já não alcançam os referentes e as medidas para mapear essa realidade, motivo pelo qual se torna necessário refazer as categorias, reajustá-las e também produzir outras novas. Essa será a nossa próxima tarefa. ■



REFERÊNCIAS

- Beigel, F. (2016). El nuevo carácter de la dependencia intelectual. *Cuestiones de Sociología*, (14), Artículo e004.
- Beigel, F., & Gallardo, O. (2021). Productividad, bibliodiversidad y bilingüismo en un corpus completo de producciones científicas. *Revista Iberoamericana de Ciencia, Tecnología y Sociedad*, 16(46), 41-71.
- Beigel, F., & Salatino, M. (2015). Circuitos segmentados de consagración académica: Las revistas de ciencias sociales y humanas en la Argentina. *Información, Cultura y Sociedad*, (32), 7-32.
- Buenfil Burgos, R. N. (2008). Universalismo y particularismo en la globalización. *Propuesta Educativa*, (30), 9-22.
- Butler, J. (2001). ¿Qué es la crítica? Un ensayo sobre la virtud de Foucault (M. Expósito, Trad.). *transversal texts*. <https://bit.ly/45XdqSs>
- Cadavid Bringe, A. (2021). Introducción a una carta de Jesús Martín-Barbero. *Mediaciones*, 27(17), 443-446. <https://doi.org/10.26620/uniminuto.mediaciones.17.27.2021.443-446>
- Castells, M. (2002). La dimensión cultural de internet. *Institut de cultura: Debates Digitales*. <https://bit.ly/3FNrmnl>
- Conferencia Regional de Educación Superior (1996). *Declaración*. <http://dspaceu-dual.org/bitstream/RepUDUAL/1356/1/Declaracion%20CRES%201996.pdf>
- Conferencia Regional de Educación Superior (2008). *Plan de acción CRES 2008*. <http://www.cres2018.unc.edu.ar/uploads/Plan%20de%20Accio%CC%81n%20Espan%CC%83ol%202008.pdf>
- Conferencia Regional de Educación Superior (2018) *Informe General*. https://www.iesalc.unesco.org/wpcontent/uploads/2020/08/Informe_Consolidado_CRES_2018.pdf
- Fair, H. (2017). Construcción hegemónica y eficacia interpelativa del discurso de De la Rúa del 19 y 20 de diciembre del 2001. *Discurso & Sociedad*, 11(4), 571- 620.
- Fuentes-Navarro, R. (2014). La investigación de la comunicación en América Latina: Una internacionalización desintegrada. *Oficios Terrestres*, 1(31), 11-22.
- Fuentes-Navarro, R. (2016). Implicaciones de una “nueva” historia (internacional) de la institucionalización de los estudios de la comunicación en América Latina. In E. Vizer & C. Vidales (Coords.), *Comunicación, campo(s), teorías y problemas. Una perspectiva internacional* (pp. 101-124). Comunicación Social.
- García Canclini, N. (1989). *Culturas híbridas: Estrategias para entrar y salir de la modernidad*. Grijalbo.
- Grossberg, L. (2009). El corazón de los estudios culturales. *Tabula Rasa*, (10), 13-48.

- Hudzik, J.K. (2011). Comprehensive Internationalization: From Concept to Action. NAFSA. https://www.nafsa.org/uploadedFiles/NAFSA_Home/Resource_Library_Assets/Publications_Library/2011_Comprehen_Internationalization.pdf
- Kaltmeier, O. (2012). Hacia la descolonización de las metodologías: Reciprocidad, horizontalidad y poder. In S. Corona Berkin, & O. Kalmeier (Coords.), *En diálogo. Metodologías horizontales en Ciencias Sociales* (pp. 25-54). Gedisa.
- Laclau, E. (1996). *Emancipación y diferencia*. Ariel.
- Martín-Barbero, J. (1987 [1991]). *De los medios a las mediaciones: Comunicación, cultura y hegemonía*. Gustavo Gili.
- Martín-Barbero, J. (1993). La comunicación en las transformaciones del campo cultural. *Alteridades*, 3(5), 59-68.
- Martín-Barbero, J. (2002). *Oficio de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura*. FCE.
- Martín-Barbero, J. (Coord.). (2009). *Entre saberes desechables y saberes indispensables: Agendas de país desde la comunicación*. Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, Friedrich Ebert Stiftung.
- Peña Seminario, M. V., & Aponte González, M. V. (2018). *Internacionalización conectiva. El currículo en un mundo en red*. Dirección de Publicaciones de la Universidad Católica de Santiago de Guayaquil.
- Mattelart, A. (2002). *Historia de la sociedad de la información*. Paidós.
- Puiggrós, A. (2002). Educación neoliberal y alternativas. In R. N. Buenfil Burgos (Coord.), *En los márgenes de la educación: México a finales del milenio* (pp. 113-128). Plaza y Valdés.
- Rincón, O. (Ed.), Jacks, N., Schmitz, D., & Wottrich, L. (Orgs.). (2019). *Un nuevo mapa para investigar la mutación cultural. Diálogo con la propuesta de Jesús Martín-Barbero*. Ciespal.
- Ruiz Muñoz, M. M. (2012). Derecho a la educación: Política y configuración discursiva. *Revista Mexicana de Investigación Educativa*, 17(52), 39-64.
- Unesco. (2005). *Hacia las sociedades del conocimiento*. <https://bit.ly/3MutQdW>
- Vassallo de Lopes, M. I. (1999). La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas. *Diálogos de la Comunicación*, (56), 12-27.
- Vassallo de Lopes, M. I. (2000). El campo de la Comunicación: reflexiones sobre su estatuto disciplinar. *Oficios Terrestres*, 7(8), 75-83.
- Vasallo de Lopes, M. I. (2012). La investigación de la comunicación: cuestiones epistemológicas, teóricas y metodológicas.
- Vassallo de Lopes, M. I., & Fuentes-Navarro, R. (Coords.). (2005). *Comunicación: Campo y objeto de estudio. Perspectivas reflexivas latinoamericanas*. Iteso.



A internacionalização da pesquisa em comunicação

- Vidales Gonzáles, C. (2015). Historia, teoría e investigación de la comunicación. *Comunicación y Sociedad*, (23), 11-43.
- Walsh, C. (2004). Geopolíticas del conocimiento, interculturalidad y descolonización. *Boletín ICCI-ARY Rímay*, 6(60). <http://icci.nativeweb.org/boletin/60/walsh.html>
- Zarowsky, M. (2019). Los estudios en comunicación en la Argentina. Ideas, intelectuales, tradiciones político-culturales (1956-1985). *Prismas*, 23(1), 313-314.
- Zemelman, H., & Valencia García, G. (1990). Los sujetos sociales, una propuesta de análisis. *Acta Sociológica*, 3(2), 89-104.

Artigo recebido em 10 de agosto de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2023.